

19 JUN 1993

O diálogo entre governo e Congresso

ESTADO DE SÃO PAULO

Conservar a majestade da autoridade há de ser um dever maior de um presidente da República cônscio da obrigação de fazer respeitando o poder que exerce. Não pode, por isso, passar sem registro o bate-boca em que se envolveram o sr. Itamar Franco e parlamentares, à frente o senador Amir Lando, durante audiência pública convocada pelo chefe do governo para receber denúncias da CPI que investiga o cumprimento do Programa Nacional de Desestatização.

"Não permitiremos que nos confundam com o outro governo. Aqui ninguém tem mão suja. Aqui se tem uma vida limpa e de muitos e muitos anos. É o único patrimônio que temos aqui e não vamos permitir que quem quer que seja venha a jogar lama nele. Se quiserem jogar, joguem de frente. Não procurem a imprensa. Não vamos permitir que qualquer congressista (...) venha levantar qualquer dúvida sobre o governo. Apontem onde está a corrupção dentro do governo. Digam agora." Perdoe o leitor a citação extensa. É que todos as palavras exibem um estado de espírito próximo do paroxismo e comprovam que o presidente não se deu conta de que não será com destampatórios nem dando murros na mesa que obterá as informações de que carece.

Entre os congressistas com que se defrontava, nenhum estaria obrigado a atendê-lo, naquele instante. Ou "neste segundo", como exigiu ele. Quer S. Exa. provas de corrupção? Terá de aguardar que os trabalhos dessa CPI se encerrem e do relatório que for elaborado

recolher a evidência de tais provas. Compreende-se a preocupação do sr. Itamar Franco com a lisura com que ajam seus auxiliares diretos e os subordinados deles. Homem de bem, nada mais justo do que se querer cercar de homens de bem. Nem sempre o conseguirá, porém. Assim, não pode criticar quem levanta dúvidas sobre a ação do governo ou, pelo menos, de setores do governo. E a verdade é que as dúvidas, se forem robustas, consistentes, apenas o ajudarão a apurar o que ocorre e, se for o caso, tomar as providências devidas para restabelecer os padrões de honestidade por que se bate, credor dos elogios gerais.

Estampou-se no *Jornal do Brasil* uma fotografia assaz expressiva da discussão havida entre o presidente da República e o senador Amir Lando, trocando dedos em riste, e cenho carregado pelo calor da contenda, quando deveriam travar um diálogo que, por acalorado que fos-

se, teria de ser respeitoso. É uma foto que dispensa legenda, retratando episódio que não tem por que se repetir.

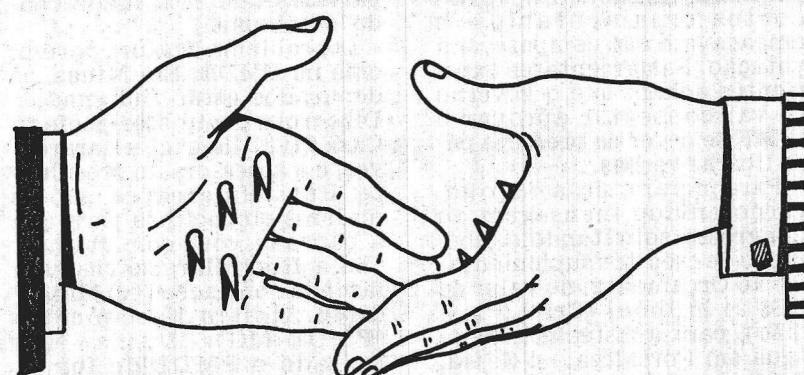
Fica no ar uma dúvida sobre se o sr. Itamar Franco teme pelo rumo dos trabalhos da CPI do Programa Nacional de Desestatização. Nesse sentido, são sintomáticas estas palavras de S. Exa.: "Eu não sei se essa CPI é igual ou pior do que a do PC. Só peço que não se confunda este governo com aquele. Ele é muito diferente do anterior". Nada tema o presidente se alguma CPI chegar a comprovar que a administração dele não vem a ser o modelo de transparência que desejaria que fosse. Se não houver fato que o comprometa direta ou indiretamente em irregularidades praticadas no âmbito do serviço público, nada lhe poderá ser imputado.

Seja como for, esses acontecimentos servem para advertir que é preciso acabar com o clima de confusão que se está adensando entre Executivo e Legislativo.

O confronto entre os titulares do mandato eletivo desserve a uma causa: a necessidade de que se entendam para, trabalhando em harmonia, concertarem as medidas imprescindíveis a permitir que o País supere as muitas crises que o acometem, impondo ao povo sofrimentos e frustrações.

Há uma série de projetos importantes que o Executivo precisa ver transformados em lei, para o exercício das tarefas normal de gerir o serviço do Estado, debelar a inflação e retomar o desenvolvimento. A aprovação desses projetos só se dará numa atmosfera de compreensão e respeito mútuo entre o presidente da República e seus auxiliares diretos e os parlamentares.

"Se houver algum erro, meu governo não permitirá que aconteça", declarou o sr. Itamar Franco. Saiba S. Exa. que isso é impossível. Erros houve, há e sempre haverá. Essencial é identificá-los e corrigi-los. Para remate, assinale-se que não há erro algum no propósito de levar adiante o Programa Nacional de Desestatização. "Nós mudamos muitas vezes as regras da privatização. Se precisar, mudamos mais", disse ele e concluiu: "O governo tem a linha de privatizar, sim". Ótimo. O que lhe resta fazer portanto é seguir em frente, aproveitando, no Legislativo, quantos aliados possa obter para atingir esse objetivo; e esses aliados se comporão tanto mais facilmente na medida em que se consolidem, entre o Planalto e o Congresso, laços de sólido apreço e acatamento. Os quais, hoje, são tênues.



JULIO